

Câmara Municipal



PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURIDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO (TERMO RESOLUTIVO CERTO) UM POSTO DE TRABALHO, NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL -SERVIÇOS GERAIS - UOGAF

ATA

No dia dez de outubro do ano dois mil e vinte e cinco, o Júri do procedimento concursal, constituído pelo Chef
de Divisão, Paulo Sérgio Mestre Simão, como Presidente, pela Chefe de Serviços, Neuza da Cruz Romeir
Sequeira, como 1.º Vogal efetivo e pela Coordenadora Técnica, Alexandrina Maria Fernandes Sabóia Gonçalves
como 2.º Vogal efetivo, reuniu a fim de fixar os parâmetros de avaliação, ponderação, grelha classificativa e
sistema de avaliação final dos métodos de seleção a aplicar ao presente procedimento concursal
Ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º
35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 17º e 18.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e de
acordo com o definido no despacho da Sra. Vereadora do Pelouro de 01 de outubro de 2025, os métodos de
seleção a aplicar serão:
- Métodos obrigatórios: Avaliação Curricular; Método facultativo: Entrevista de Avaliação de Competências
Estes métodos serão aplicados aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência
ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em
situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência
ou atividade e aos candidatos sem relação jurídica de emprego público

AC - AVALIAÇÃO CURRICULAR

A avaliação curricular que visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiencia profissional e a avaliação de desempenho. ----Na avaliação curricular são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais:-----

- A habilitação académica ou nível de qualificação, certificado pelas entidades competentes;
- A formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função e relacionada com a área do presente posto de trabalho, adquirida nos últimos 10 anos. Considerando-se as ações comprovadas ou certificadas com diploma que indique expressamente o número de horas da ação realizada. Verificando-se, não raras vezes, que os certificados expressam a duração da mesma somente em



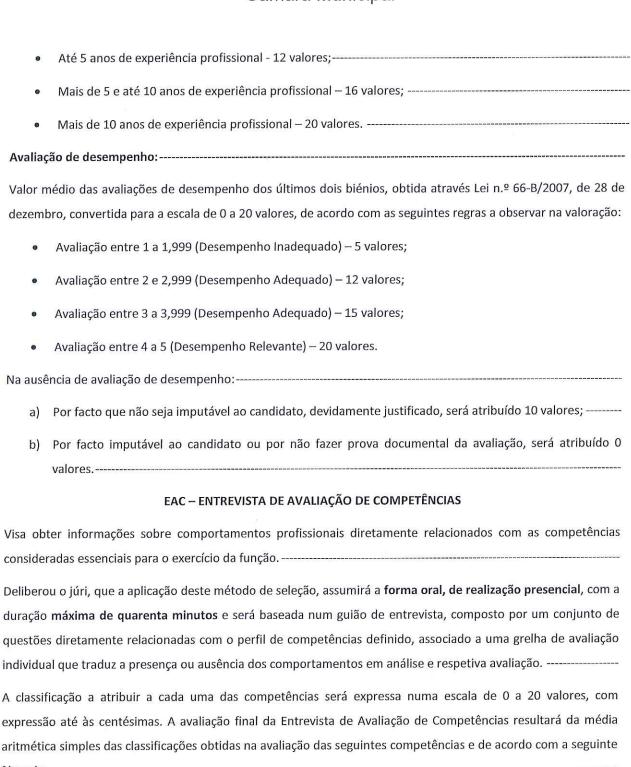
Câmara Municipal

	ia ou somente e semana, entende o júri que, sempre que se verifique, será tomada por correspondência h/dia e 5 dias/semana
	experiência profissional apenas com incidências sobre a execução de atividades inerentes ao posto de abalho e o grau de complexidade das mesmas, devidamente comprovadas;
	avaliação de desempenho relativa aos últimos dois biénios, em que o candidato cumpriu ou executou tribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.
classifica	ção curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a ção obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar, com a da seguinte fórmula:
	AC = (HA + FP + EP + AD) / 4
Em q	lue:
AC = A	Avaliação curricular
HA = I	Habilitação académica
FP = F	ormação profissional
EP = E	xperiência profissional
AD = A	Avaliação de desempenho
As regras	a observar na valoração dos diversos fatores, são as seguintes:
Habilitaçĉ	ões académicas ou nível de qualificação:
• E	Scolaridade obrigatória – 18 valores;
• S	superior à escolaridade obrigatória – 20 valores;
Formação	profissional:
• S	em formação na área — 10 valores;
• A	té 250 horas de formação na área — 15 valores;
• N	Nais de 250 horas de formação na área – 20 valores
	ia profissional no desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente ento concursal, de acordo com a aplicação dos seguintes critérios:
• Se	em experiência profissional – 8 valores;





Câmara Municipal



EAC = (A+B+C+D)/4

A. Orientação para o Serviço Público: Atuar de acordo com os valores e princípios éticos, revelando compromisso com a missão do serviço público e contribuindo, pelo seu exemplo e conduta pessoal, para



Câmara Municipal

	incrementar a confiança e reforçar a imagem de uma Administração Pública (AP) ao serviço do interess coletivo.
В.	Orientação para os Resultados: Focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade o
	para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no
	seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública
C.	Gestão do Conhecimento: Adquirir, atualizar e aplicar o conhecimento, partilhar o conhecimento e
	garantir a captura, armazenamento e acesso às informações e ao conhecimento na Organização
D.	Inteligência Emocional: Gerir as emoções, mostrar empatia e sensibilidade às emoções dos outros e
	tomar decisões equilibradas e refletidas
	mpetência será avaliada de acordo com a qualidade da evidência/demonstração da mesma, nos seguintes
•	20 Valores: Nível Excelente
•	16 Valores: Nível Bom
•	12 Valores: Nível Satisfaz
•	8 Valores: Nível Fraco
•	4 Valores: Nível Insuficiente
	VALORAÇÃO FINAL
A classifi	icação e ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, resultarão da média aritmética
pondera	da das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será expressa numa escala de 0 a 20
valores,	e efetuada com as seguintes fórmulas:
	CF = AC (70%) + EAC (30%)
Em	que:
CF =	- Classificação final
AC =	= Avaliação curricular
EAC	= Entrevista de Avaliação de Competências
Do result	ado de cada método de seleção, será elaborada uma ficha demonstrativa dos resultados
Nos term	os dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, cada um dos métodos de
seleção, k	oem como cada uma das fases que comportam é eliminatório e é excluído do procedimento o candidato
que tenh	a obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fase, não lhe sendo aplicado o
método o	u fases seguintes



Câmara Municipal

Em situações de igualdade de v	valoração, aplica-se o disposto no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de
setembro. Subsistindo o empa	te, desempatam pela maior experiência profissional e em seguida pela maior
formação profissional	
Todas as deliberações foram tor	nadas por unanimidade
E não havendo nada mais a trata	ar se encerrou a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por
todos os membros do Júri	
	Júri do procedimento,
	Neura Sexueta Mexandiana Goncalus

